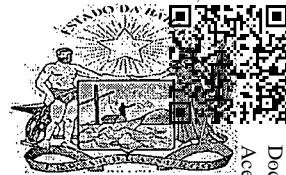




Câmara Municipal de Marau

Poder Legislativo



Documento assinado Digitalmente por: PAULINO RIBEIRO SANTOS - 27/05/2024 09:38:48
Acesse em: <https://eicm.ba.gov.br/app/validaDoc>; scan Código do documento: 750a1e42-f5b0-4a30-93ca-18dad2797b48

INSTRUMENTO CONTRATUAL DE Nº 006/2024

DISPENSA DE Nº 003/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 006/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A CAMARA MUNICIPAL DE MARAU
E DO OUTRO A EMPRESA FERNIC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.

Pelo presente instrumento, de um lado A Câmara Municipal de Marau, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público, inscrita no Ministério da Fazenda com o CNPJ de nº 63.171.771/0001-61, com sede administrativa localizada na Rua Ayres Costa-s/n-Centro-Marau, Bahia, neste ato representado pela Excelentíssimo Presidente, o senhor **Paulino Ribeiro Santos**, brasileiro, casado, portador do CPF de nº 908.682.505-20, residente e domiciliado nesta cidade, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa, **FERNIC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, cadastrada no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº 06.153.315/0001-55, localizada na Av Getúlio Vargas No 2228 - Ponto Central- Feira de Santana, Bahia, doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representada por sua sócia a senhora **Josenete Barbosa Carneiro**, brasileira, maior, portador do CPF de nº 664.754.065-20, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo de nº 006/2024, e em observância às disposições da Lei 14.133, de 1º de abril e 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato de nº 006/2024, decorrente da DISPENSA de nº 003/2024 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

CLAUSULA PRIMEIRA-DO OBJETO.

O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para a aquisição de móveis (cadeiras tipo poltrona, armário e arquivo), em atendimento a Câmara Municipal de Marau, de acordo as condições e especificações contidas no processo de DISPENSA DE Nº 003/2024, proposta de preço, neste instrumento e nos termos da Lei 14.133/2021.

1.2 ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO DO OBJETO.

| ITEM | ESPECIFICAÇÕES | QTD | V.UNIT.R\$ | V.TOTAL R\$ |
|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|------------|-------------|
| 01 | Cadeira tipo poltrona giratória encosto revestido em couroino ,dublado com reforço interno em lona, braço c/ forração removível, mecanismo relax, aranha pirâmide, pistão classe 3 rodizio PU,na cor preta. | 12 | 1.410,00 | 16.920,00 |
| 02 | Armário material em aço c/02 porta, e chaves,04 prateleiras reguláveis, pintura a po,med.1,90x0,80x0,40, na cor cinza | 01 | 1.546,00 | 1.546,00 |
| 03 | Arquivo material em aço c/ 04 gavetas para pastas suspensas, pintura em po med. 1,36x0,57x0,47,na cor cinza | 01 | 1.532,00 | 1.532,00 |

Parágrafo único. Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição.

1.3.1 O Termo de Referência.

1.3.2 A Proposta do Contratado.

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.CLAUSULA SEGUNDA VIGENCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1 O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro de 2024, contados a partir da assinatura, na forma do art.105 da Lei 14.133/2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providencias cabíveis no caso de culpa do contratado, prevista neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA- DOS REQUISITOS; DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.

3.1 DOS REQUISITOS.

I-A contratada deverá entregar o objeto de acordo as condições e especificações constantes no termo de Referência, neste instrumento e na Lei 14.133/21.

II- A forma de entrega do objeto será única, imediatamente após a assinatura do futuro contrato, no prazo de até 15 (quinze) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento, que será emitira pelo órgão requisitante.

III A entrega do objeto será na sede da Câmara Municipal de Marau, localizada na Rua Ayres Costa-s/n-Centro-Marau, Bahia, sem ônus para a contratante.

IV-Caso no ato da entrega do objeto, o fiscal do contrato notifique que algum produto ou todos apresentem alguma falha, defeito, problema ou anomalia, que impossibilite o perfeito uso do objeto, a contratada deverá sem qualquer ônus, substituir todo ou em parte o objeto em questão.

V. Em caso de forma maior ou fato superveniente que impossibilite a entrega do objeto pela contratada, a contratada deverá notificar a contratante.

3.2. DA SUBCONTRATAÇÃO.

I. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.3 DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO.

I- Não haverá exigência da garantia da contratação.

3.4 REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:



Câmara Municipal de Marau

Poder Legislativo



Documento Digitalmente assinado por: PAULINO RIBEIRO SANTOS - 27/05/2024 09:38:48
Acesse em: https://eicm.ba.gov.br/ppp/validaDoc.seam Código do documento: 750a1e42-f5b0-4a30-93ca-f8dad2797b48

3.4.1 Condições de execução.

I- O início de entrega do objeto será a partir da data de assinatura do contrato.

II- No ato de entrega do objeto o fiscal do contrato, verificará se o objeto está de acordo as especificações constantes no termo de Referência e neste instrumento, confirmando ou não o recebimento/aceitação do objeto.

III- O regime de entrega do objeto deste instrumento será empreitado por preço unitário.

IV- A contratada deverá comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade e quantitativo do objeto entregue, refazendo, substituindo todo e qualquer cadeira, quando não atenda às necessidades e especificações determinadas neste instrumento.

V- O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.4 GESTÃO DO CONTRATO.

I- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

II- A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um fiscal do contrato, designado pela contratante, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme art.117, da Lei 14.133 de 2021 e no Decreto de nº 11.246, de 2022, art.VI.

III- As comunicações entre órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

IV- O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

V- O fiscal do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, em conformidade a Lei 14.133, de 2021, art.117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art.22, inciso

VI- Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art.22, inciso III)

VII- O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

5.1 O valor global deste contrato é de **R\$ 19.998,00** (dezenove mil novecentos e noventa e oito reais) em conformidade com os valores unitários especificados a seguir no subitem 1.2 da cláusula primeira deste contrato.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e /impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

5.2.1 O pagamento decorrente das despesas com o objeto deste contrato, ocorrerão por conta da seguinte informação orçamentária.

| DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | | |
|--------------------------------|-------------------|------------------|-------|
| Unidade Orçamentária | Projeto/Atividade | Elemento/Despesa | Fonte |
| Câmara Municipal de Vereadores | 3.001 | 4.4.90.52.00 | 15000 |

CLAUSULA SEXTA-CRITERIOS; FORMA PRAZO PARA PAGAMENTO E DO REAJUSTE.

I. O pagamento será parcelado, mediante apresentação de Nota Fiscal, acompanhada das certidões exigidas no termo da Lei 14.133/2021.

II. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da lei.

III. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre termo final de prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária adequado para o objeto em questão.

IV. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

V. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

VI. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

VII. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

VIII. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento

6.2 DO REAJUSTE.

I- Os preços serão fixos e mantidos no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação da proposta de preço, dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA/IBGE.

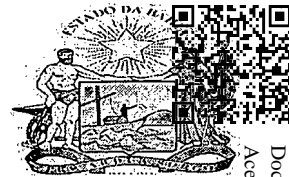
Parágrafo Primeiro: - As notas fiscais devem conter a discriminação do serviço com quantitativo correspondente, acompanhada da comprovação da publicação, quando for o caso.

Parágrafo Segundo: - Ocorrendo divergência no faturamento, o órgão responsável pela fiscalização dos serviços, devolverá as Notas Fiscais/Faturas à Contratada para correção.



Câmara Municipal de Marau

Poder Legislativo



Documento
Ado Digitalmente por: PAULINO RIBEIRO SANTOS - 27/05/2024 09:38:48
Acesse em: <https://eicm.ba.gov.br/app/validaDoc.seam> Código do documento: 750a1e42-f5b0-4a30-93ca-18dad2797b48

CLÁUSULA SETIMA- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

7.1 São obrigações do Contratante:

I- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e Termo de Referência.

II- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

III- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

IV- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

V- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

VI- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Parágrafo Único: A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

7.2 São obrigações do Contratada.

I- O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e neste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

II- A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

III- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

IV- Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

V- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais

VI- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

VIII- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1- Poderão ser aplicados ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

2- Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações

A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

A sanção prevista no inciso II, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21 e obedecerão a seguinte proporcionalidade: 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre do valor do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença; 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre do valor do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida; 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre do valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 13.2.3

CLÁUSULA NONA- RESCISÃO.

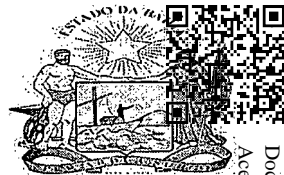
I- O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses do art. 137 da Lei 14.133/21.

II- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à contratada o direito à prévia e ampla defesa



Câmara Municipal de Marau

Poder Legislativo



Documento Digitalmente assinado por: PAULINO RIBEIRO SANTOS - 27/05/2024 09:38:48
Acesse em: <https://eicm.ba.gov.br/app/validaDoc.seam> Código do documento: 750a1e42-f5b0-4a30-93ca-18dad2797b48

III - A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 139 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - ALTERAÇÕES

I - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

II - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/21.

III Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DOS CASOS OMISSOS

I - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21 e demais normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

A lavratura do presente Termo de Contrato referente à Dispensa de Licitação nº003/2024, é feita com base no inciso II, do art. 75, da Lei nº 14.133/21

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- FORO

I - Fica eleito o Foro da Cidade de Marau, Estado da Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato.

II - Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Marau, 05 de abril de 2024.

CONTRATANTE
CAMARA MUNICIPAL DE MARAU
CNPJ: 63.171.771/0001-61.
Representante Legal.
PAULINO RIBEIRO SANTOS.
PRESIDENTE

CONTRATADA
EMPRESA: FERNIC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.
CNPJ: 06.153.315/0001-55
Representante Legal
Josenete Barbosa Carneiro.
CPF de nº 664.754.065-20.

TESTEMUNHAS:

1.NOME: _____

CPF: _____

2.NOME: _____

CPF: _____

06.153.315/0001-55
- Insc. Est. 64.458.150
FERNIC COM. E SERVIÇOS LTDA
Rua Jorge C. Mascarenhas, 123
Campo Limpo - CEP: 44032-356
Feira de Santana - BA



Licitações



Câmara Municipal de Maraú Poder Legislativo



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2024
DISPENSA DE Nº 003/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº006/2024**

A Câmara Municipal de Maraú, torna pública a contratação: **CONTRATO Nº 006/2024- CONTRATANTE:** CAMARA MUNICIPAL DE MARAU/BA, pessoa jurídica de Direito Público, cadastrada no Ministério da Fazenda com o CNPJ 63.171.771/0001-61, com sede administrativa localizada na Rua Ayres Costas-s/n-Centro-Marau/BA, neste ato representada por seu representante legal seu Presidente. **CONTRATADA:** FERNIC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica direito privado, cadastrada no Ministério da Fazenda com o CNPJ de nº 06.153.315/0001-55. **OBJETO:** Aquisição de móveis (cadeiras tipo poltrona, armário e arquivo), em atendimento a Câmara Municipal de Maraú, de acordo as condições e especificações contidas no processo de DISPENSA DE Nº003/2024, e nos termos da Lei 14.133/2021. **VALOR GLOBAL:** R\$ 19.998,00 (dezenove mil novecentos e noventa e oito reais). **DATA DE ASSINATURA:** 05 de abril de 2024. **VIGENCIA:** 31 de dezembro de 2024. Maraú, 05 de abril 2024. Paulino Ribeiro Santos. Presidente. Edinete da Silva Santos. Agente de Contratação.

Rua Ayres Costa S/N Centro CEP: 45.520-000 - CNPJ 63.171.771/0001-61
MARAÚ - BAHIA